



PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

1 ATA DE REUNIÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE  
2 MONITORAMENTO, ESTUDO E ASSESSORAMENTO DAS  
3 QUESTÕES LIGADAS À GRILAGEM, REALIZADA NO DIA **27 DE**  
4 **SETEMBRO DE 2024**, SEMIPRESENCIALMENTE, NO AUDITÓRIO DA  
5 OUVIDORIA AGRÁRIA E VIA TEAMS.

6 Aos **27 (vinte e sete) dias do mês de setembro de 2024**, às 9:00h, deu-  
7 se início a 07ª Reunião Ordinária de 2023, dos membros da Comissão  
8 Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das Questões  
9 Ligadas à Grilagem (CPMEAQLG), de forma presencial, no auditório da  
10 Ouvidoria Agrária do TJPA. Participaram da reunião presencialmente:  
11 André Filo-Creão Garcia da Fonseca, Ouvidor Agrário Adjunto e  
12 Presidente da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo,  
13 Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem – CPMEAQLG em  
14 exercício. Os membros da Comissão: Aldenor Gonçalves do Nascimento  
15 – Iterpa; Eliana França dos Santos Zacca – FAEPA; Ibraim José das  
16 Mercês Rocha – PGE; Herena Neves Maués Correa de Melo – MPE;  
17 Antônio Alberto da Costa Pimentel – SPDDH; Marcus Wagner Teixeira –  
18 DPU. Participaram remotamente os juízes das varas agrárias: Manuel  
19 Carlos de Jesus Maria, Amarildo Jose Mazutti e Haroldo Silva da Fonseca.  
20 PAUTA: **ITEM 01**: APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO REALIZADA EM  
21 09 DE AGOSTO DE 2024. **ITEM 02**: CASO “SITIO MENINO DEUS” –  
22 OFÍCIO RECEBIDO Nº 4616/2023/GABPR13-SFM. CASO  
23 COMUNIDADE VIRGÍLIO SERRÃO, EM MOJU. PARECER TÉCNICO Nº  
24 28/2024 PGE. **ITEM 03**: CASO COMUNIDADE VIRGÍLIO SERRÃO, EM





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

25 MOJU. PARECER TÉCNICO Nº 28/2024 PGE. **ITEM 04:** V Congresso  
26 Internacional de Direito Amazônico e do XVI Congresso Mundial de Direito  
27 Agrário, ocorrido nos dias 10 a 13 de setembro de 2024, no Hangar. **ITEM**  
28 **05:** Lançada a 2ª edição da Revista da Ouvidoria Agrária em 16 de  
29 setembro de 2024. Disponível no Portal da Ouvidoria Agrária. **ITEM 06:** O  
30 QUE OCORRER. *A reunião foi gravada em áudio e vídeo, com*  
31 *degravação realizada posteriormente.* **PRESIDENTE ANDRÉ:** Bom dia a  
32 todos os presentes, invocando a proteção de Deus, vamos dar início à 7ª  
33 Reunião Ordinária da Comissão Permanente de Monitoramento, Estudo  
34 e Assessoramento das Questões Ligadas à Grilagem do Tribunal de  
35 Justiça do Estado do Pará. O nosso item número um da pauta diz respeito  
36 à aprovação da ata da reunião realizada em 9 de agosto de 2024. Esta  
37 ata foi encaminhada a todos os membros da nossa comissão, indago dos  
38 senhores membros se desejam fazer alguma observação ou algum  
39 questionamento com relação à ata que fora encaminhada aos senhores.  
40 Não havendo questionamento, está aprovada a ata da reunião. O  
41 segundo item da nossa pauta diz respeito ao caso conhecido como Sítio  
42 Menino Deus, nós tivemos o ofício número 4616 de 2023, que foi  
43 encaminhado para todos os membros da nossa comissão por e-mail. Nós  
44 tivemos também encaminhado para os membros cópia da petição inicial  
45 e cópia da sentença relacionada a este caso. Eu esclareço que esse  
46 inquérito, conforme nos foi informado, ele se encontra no 13º Ofício da  
47 Procuradoria da República com o Procurador da República Oswaldo Poll.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

48 Então, são essas as informações que nós recebemos e eu indago dos  
49 senhores membros se tem algum questionamento ou se desejam se  
50 manifestar com relação a esta questão. Não havendo, está devidamente  
51 esclarecido e informado aos membros da nossa comissão. O terceiro item  
52 da pauta diz respeito ao caso da comunidade Virgílio Serrão, no município  
53 de Moju. Nós temos aqui em mãos o parecer técnico número 58/2024 da  
54 PGE. Esse parecer técnico foi recebido pelo doutor Ibrahim, não é isso?  
55 E sobre ele, doutor Ibrahim, o senhor tem a palavra. **Sr. IBRAHIM JOSÉ**  
56 **DAS MERCES ROCHA (TITULAR – PROCURADORIA GERAL DO**  
57 **ESTADO):** Bom dia a todos. Só queria acrescentar que houve uma  
58 reunião, justamente para tratar desse caso. E o que foi encaminhado  
59 dessa reunião mediação? Que eles vão procurar fazer uma avaliação  
60 para oferecer um preço para o estado, logicamente. Estava também na  
61 reunião o representante da Serra. Então, se chegar no acordo e aí como  
62 eu falei, porque esse parecer foi dado no âmbito da secretaria do qual eu  
63 sou consultor jurídico, mas não tem ainda uma avaliação da Procuradoria  
64 Geral do Estado. Mas no caso, para ir à Procuradoria, como eu falei para  
65 o doutora Dadico, é bom já ir concretamente com uma avaliação de  
66 ITERPA, etc, o valor que seria pago para a Procuradoria já, de fato, dar  
67 um parecer no caso concreto de conclusão se for o caso da negociação.  
68 Então, é isso que ela ficou de encaminhar. **PRESIDENTE ANDRÉ:** Ótimo.  
69 Indago dos membros, se desejam fazer algum complemento à fala do  
70 doutor Ibrahim. Só um esclarecimento que é importante, nós expedimos





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

71 por ofício tanto ao INCRA como ao ITERPA, então logo esses expedientes  
72 também retornem. Nós colocaremos, inclusive, sugiro, Lena, para que nós  
73 não percamos o controle com relação a essa questão, que me parece  
74 uma questão importante, para nós tentarmos pelo menos minimizar  
75 muitos dos conflitos que nós temos aqui na região, que já seja incluída na  
76 próxima reunião a cobrança a respeito desses expedientes que foram  
77 encaminhados tanto ao INCRA como ao ITERPA, porque aí nós  
78 eventualmente podemos discutir novamente esse tema com informações  
79 mais precisas. Está certo? Então, obrigado, doutor Ibrahim. O número  
80 quatro, o item número quatro da nossa pauta, ele diz respeito a... Opa,  
81 pois não, doutor. Conceda o microfone. Ótimo. **ALDENOR GONÇALVES**  
82 **DO NASCIMENTO (Iterpa):** Informações sobre esse caso, que é  
83 importante mesmo, e a gente leu o parecer do doutor Ibrahim, está  
84 redondinho, está consistente e é uma contribuição muito importante.  
85 Agora, o ITERPA está trabalhando também para que a população, que no  
86 caso é economicamente vulnerável, tenha a prioridade nessa disputa.  
87 Para isso, o ITERPA está dependendo apenas de concluir uma definição  
88 sobre a dominialidade área, porque a arrecadação que consta do  
89 processo judicial, inclusive, ela é uma arrecadação sumária e toda  
90 arrecadação sumária tem aquelas ressalvas que os documentos,  
91 registros, etc., podem ser depois considerados. Então, o ITERPA está  
92 trabalhando, já concluiu o estudo cartográfico e pediu, solicitou ao cartório  
93 que informe se o título tem matrícula, se a cadeia dominial da área. Só aí





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

94 ele pode tomar uma posição sobre a informação, se a área realmente está  
95 no domínio do Estado ou não. Então, nós estamos aguardando a resposta  
96 do cartório para fechar esse questionamento. **PRESIDENTE ANDRÉ:**  
97 Perfeito, doutor. Então, nós vamos aguardar. Tão logo, eu solicito que tão  
98 logo haja essa informação no âmbito do ITERPA, que seja encaminhado  
99 aqui para que nós possamos voltar a debater o tema, certo? O item  
100 número 4 é fazer um registro a respeito do 5º Congresso Internacional de  
101 Direito Amazônico e do 16º Congresso Mundial de Direito Agrário, que se  
102 realizou entre os dias 10 e 13 de setembro, no Hangar. Nós temos o link,  
103 está certo? De todo o evento. Aqueles que tiverem interesse em assistir  
104 alguma das palestras que foram ali realizadas. Ele está disponível. Então,  
105 os senhores podem acessar esse link e consta, inclusive, da nossa  
106 convocação, da nossa pauta. O item 5 diz respeito ao lançamento da 2ª  
107 edição da Revista da Ouvidoria Agrária, em 16 de setembro de 2024. De  
108 igual modo, eu informo que essa nossa revista se encontra com o link  
109 disponível no portal da Ouvidoria Agrária, no Tribunal de Justiça, no site  
110 do Tribunal de Justiça. Todos os integrantes da nossa comissão são  
111 convidados a contribuir com a nossa revista, está certo? É enriquecedor  
112 que nós possamos receber cada vez mais todas as visões plurais que nós  
113 temos aqui no âmbito da nossa comissão. Então, sintam-se sempre  
114 convidados a contribuir com a nossa Revista da Ouvidoria Agrária. O item  
115 6 da pauta já é no que ocorrer. Então, eu indago se os senhores membros  
116 desejam fazer algum registro. Doutor Ibrahim, por favor, o senhor tem a





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

117 palavra. **Sr. IBRAHIM JOSÉ DAS MERCES ROCHA (TITULAR –**  
118 **PROCURADORIA GERAL DO ESTADO):** Bom dia. Doutor, eu gostaria  
119 de que fosse incluído na pauta da comissão o convite ao secretário Raul  
120 Protázio, da SEMAS, que fizesse uma apresentação breve para a gente,  
121 aqui da comissão, sobre o programa jurisdicional de carbono do Estado.  
122 Porque o governador agora, recentemente, estava em Nova Iorque e  
123 anunciou que foi feito, entre outras coisas, a compra, que tecnicamente é um  
124 ERPA, que é um contrato prévio de negociação, mas é um fato concreto  
125 que leva à futura venda desses créditos de carbono, porque tem-se citado  
126 muitas dúvidas, principalmente na comunidade, sobre reparação de  
127 benefícios, etc. Então, acho que seria interessante, a pauta da ouvidoria  
128 e a diversidade de pessoas que temos aqui, ouvir um pouquinho sobre  
129 esse modelo, que acho que seria importante para estender possíveis  
130 conflitos que possam haver também envolvendo esse mercado, que já  
131 temos concretamente no mercado voluntário aqui no Estado, inclusive  
132 para [ininteligível], por exemplo, mas mostrar que é diferente esse  
133 modelo. Enfim, acho que seria interessante. **PRESIDENTE ANDRÉ:**  
134 Ótimo. Então, eu submeto à ponderação do doutor Ibrahim, à avaliação  
135 dos membros da comissão. Se tem alguém que se opõe ao  
136 encaminhamento do expediente? Então, fica deferida a manifestação  
137 formulada pelo representante, doutor Ibrahim, no sentido de que seja  
138 oficiado ao secretário de Estado de Meio Ambiente e Sustentabilidade,  
139 para que, dentro da sua disponibilidade de data, de agenda, ele





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

140 compareça à nossa comissão para fazer os esclarecimentos que são  
141 pertinentes com relação a essa questão relacionada aos créditos de  
142 carbono. Certo? Está deferido. Ainda no que ocorrer, a indaga dos  
143 senhores membros. Doutor Antônio, por favor, o senhor tem a palavra. **Sr.**  
144 **ANTONIO ALBERTO DA COSTA PIMENTEL (TITULAR – SOCIEDADE**  
145 **PARAENSE DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS – SPDDH):** Bom  
146 dia, doutor André. Bom dia a todos os demais presentes na reunião da  
147 comissão. Doutor André, eu queria fazer um requerimento. A gente sabe  
148 que teve todo aquele processo de instalação no tribunal, do processo de  
149 mediação dos conflitos coletivos. A gente sabe que, desde lá, vem  
150 ocorrendo os processos de mediação feitos pela comissão. Eu gostaria  
151 de fazer um requerimento de que a gente pudesse solicitar à comissão  
152 que pudesse fazer uma apresentação aqui para a nossa comissão. Como  
153 é que tem andado os processos de mediações? Como é que tem sido até  
154 agora? Os casos têm sido mediados? Somente trazendo os destaques  
155 que têm alguma interseção com os trabalhos da nossa comissão para que  
156 a gente possa também ter um panorama de como é que está indo esse  
157 trabalho atualmente. **PRESIDENTE ANDRÉ:** Alguém tem alguma  
158 oposição ou requerimento do doutor Antônio? Pois não, doutora Herena.  
159 Fique à vontade. Claro, doutora. **Sra. HERENA NEVES MAUÉS**  
160 **CORREA DE MELO (SUPLENTE – MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**  
161 **– MPE):** Eu sugiro também, acatado pelo MPPA, a sugestão do doutor  
162 Antônio, e complementando assim, que pudesse ser por região agrária,





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

163 os juízes que participaram da comissão de soluções fundiárias, ou que  
164 estão participando, que informem os números, considerando que  
165 houveram situações em que houve mediação, houveram situações em  
166 que não houve, mas que voltaram para cumprimento de reintegração. E  
167 que isso possa ser informado a toda a comissão em relação aos números  
168 mesmo. **PRESIDENTE ANDRÉ:** Ótimo. Ok. Então, não havendo  
169 oposição, eu determino, então, lendo aqui, seja encaminhado expediente  
170 ao presidente da comissão, nosso ouvidor, desembargador Mairton, para  
171 que, diante do requerimento formulado, ele decida como de direito,  
172 adotando as providências que se adequam ao caso. Está certo? Ainda no  
173 que ocorrer, a palavra continua franqueada. Doutora Herena, pois não?  
174 Doutora Herena, por favor, a senhora tem a palavra. **Sra. HERENA**  
175 **NEVES MAUÉS CORREA DE MELO (SUPLENTE – MINISTÉRIO**  
176 **PÚBLICO ESTADUAL – MPE):** Na verdade, é um informe e convite a  
177 todos os presentes da comissão, inclusive aos participantes virtuais.  
178 Ocorrerá o 5º Congresso Internacional de Direito Agrário, cujo tema será  
179 Direito Agrário, Ecologia e Natureza, Acesso e Uso da Terra frente à  
180 Emergência Climática, realizado pela Universidade Federal de Goiás.  
181 Será em Goiânia, nos dias 17 e 18 de outubro, no Tribunal de Justiça de  
182 Goiás, inclusive com o apoio do Tribunal de Justiça de Goiás. E,  
183 especificamente, convido a todos para o lançamento do meu livro, que  
184 será no dia 17 de outubro, neste Congresso. É um livro que é decorrente  
185 da minha tese de doutorado junto ao Núcleo de Altos Estudos





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

186 Amazônicos, da UFPA, e trata sobre a política fundiária no polígono  
187 desapropriado de Altamira, especificamente, mas que, ao fim e ao cabo,  
188 usa o estudo de caso para toda a nossa organização fundiária brasileira.  
189 Então, fica o informe e o convite, desde já. **PRESIDENTE ANDRÉ:** Muito  
190 obrigado, doutora Herena. Desde logo, receba os cumprimentos aqui da  
191 nossa comissão, está certo? É sempre bom quando o integrante de uma  
192 instituição de relevância, como é o Ministério Público, ele vai além daquilo  
193 que efetivamente é o cargo em si. Então, ele busca ainda um  
194 aperfeiçoamento, como a senhora sempre buscou, e isso engrandece  
195 ainda mais os nossos trabalhos. Então, receba aqui os nossos  
196 cumprimentos, está certo? E os parabéns mesmo do fundo do coração  
197 para a senhora. Ainda continua franqueada a palavra. Então, não  
198 havendo mais quem dela queira fazer uso, eu também aproveito a  
199 oportunidade para divulgar o Instagram da Ouvidoria Agrária. Está certo?  
200 Nós agora estamos com o Instagram, cujo perfil é ouvidoria.agraria.tjpa.  
201 Acompanhem lá todos os trabalhos da nossa ouvidoria. Vejam,  
202 comentem, curtam, compartilhem, apresentem críticas, sugestões, está  
203 certo? Nós estamos, com isso, buscando cada vez mais estar perto da  
204 sociedade, para que a sociedade conheça os trabalhos e saiba aquilo que  
205 nós estamos a desenvolver. Registrar também aqui a presença dos  
206 nossos juízes agrários, doutor Haroldo Fonseca, doutor Amarildo Mazutti,  
207 doutor Manuel Maria, que estão virtualmente. Uma satisfação rever esses  
208 magistrados que tão bem desenvolvem as suas atividades no âmbito das





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

209 regiões agrárias e, assim, contribuem para a pacificação social e para a  
210 minimização dos conflitos no campo. E o último item ainda no que  
211 ocorrer... Conseguiu me ouvir agora, doutor Manuel? Pronto. Então, o  
212 último item da nossa pauta é a sugestão de data para a próxima reunião.  
213 Desde logo eu indico, havendo o aceito de todos, o dia 25 de outubro de  
214 2024. Então, isso. Bom dia, doutor Mazutti, doutor Manuel, doutor  
215 Haroldo. **AMARILDO JOSE MAZUTTI:** Agora que eu conseguir entrar na  
216 reunião, está terminando já? Mas, gente, que rapidez é essa toda, gente.  
217 **PRESIDENTE ANDRÉ:** É como a justiça tem que ser rápida, célebre e  
218 eficaz, igual o andamento dos processos. **AMARILDO JOSE MAZUTTI:**  
219 Mas tem um ditado que fala o seguinte, que diz assim, que a justiça é tipo  
220 os correios, não é? Tarda, mas não falha, não é? **PRESIDENTE ANDRÉ:**  
221 É verdade. **AMARILDO JOSE MAZUTTI:** Doutor André, o senhor vai  
222 estar agora de manhã no Fórum Civil? **PRESIDENTE ANDRÉ:** Como?  
223 **AMARILDO JOSE MAZUTTI:** Você vai estar lá no Fórum Civil?  
224 **PRESIDENTE ANDRÉ:** Vou. Daqui eu já sigo para lá. **AMARILDO JOSE**  
225 **MAZUTTI:** Eu vou passar lá, porque eu quero conversar contigo um  
226 negócio. **MANUEL CARLOS DE JESUS MARIA:** É sério mesmo que já  
227 acabou ou é brincadeira? **PRESIDENTE ANDRÉ:** É verdade, doutor,  
228 estamos acabando aqui. **MANUEL CARLOS DE JESUS MARIA:** Meu  
229 amigo, só agora que liberou o áudio aqui para mim. **AMARILDO JOSE**  
230 **MAZUTTI:** Eu vou mandar os processos meus para ti lá em Santarém.  
231 **MANUEL CARLOS DE JESUS MARIA:** Está bom, manda para mim.





PODER JUDICIÁRIO. TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
COMISSÃO PERMANENTE DE MONITORAMENTO, ESTUDO E ACESSORAMENTO DAS QUESTÕES LIGADAS À  
GRILAGEM..

232 **PRESIDENTE ANDRÉ:** Então, pronto. Então fica desde logo agendada a  
233 nossa reunião para o dia 25 de outubro de 2024. Está certo? Eu agradeço  
234 a presença de todos os membros, agradeço a presença virtual dos nossos  
235 magistrados agrários, dos integrantes da nossa comissão que se fazem  
236 presentes aqui na sede da Ouvidoria Agrária. Tenham todos um bom dia  
237 e um bom trabalho. *Assim, eu, Alessandra Trindade Ribeiro Lauande,*  
238 *auxiliar judiciária, lavrei a presente ATA*////////////////////.

239

240

241 **André Filo-Creão Garcia da Fonseca**  
242 Ouvidor Agrário Adjunto do TJPA e Presidente da Comissão  
243 Permanente de Monitoramento, Estudo e Assessoramento das  
244 Questões Ligadas à Grilagem – CPMEAQLG, em exercício

